


**A COMUNIDADE DO CAJUEIRO RESISTE: MEMÓRIA, CONFLITO E
MODERNIZAÇÃO PORTUÁRIA DE SÃO LUÍS**

**THE CAJUEIRO COMMUNITY RESISTS: MEMORY, CONFLICT, AND PORT
MODERNIZATION IN SÃO LUÍS**

**LA COMUNIDAD DE CAJUEIRO RESISTE: MEMORIA, CONFLICTO Y
MODERNIZACIÓN PORTUARIA DE SÃO LUÍS**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n6-014>

Data de submissão: 03/05/2025

Data de publicação: 03/06/2025

Alexandre Moura Lima Neto

Doutorando em Direito UNISINOS. Mestre em Cultura e Sociedade – UFMA. Professor
Universitário. Membro do Grupo de Pesquisa em Patrimônio Cultural – UFMA/CNPq.

Conceição de Maria Belfort de Carvalho

Professora Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho (UNESP). Professora do Departamento de Turismo e Hotelaria da UFMA e
professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCULT/UFMA).
E-mail: cbelfort@globo.com

Klautenys Dellene Guedes Cutrim

Professora Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho (UNESP). Professora do Departamento de Turismo e Hotelaria da UFMA e
professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCULT/UFMA).
E-mail: kdgedes@yahoo.com.br

Alessandra Anchieta Moreira Lima de Aguiar

Mestre em Meio Ambiente pela Universidade CEUMA.
E-mail: alessandramoreiraadv@hotmail.com

Sidney Mendonça de Oliveira

Professor Especialista.
E-mail: sidneymend@hotmail.com

João Alexandre Cardos Lopes

Professor Especialista.
E-mail: joaoalexandrecl.10@gmail.com

Haroldo Corrêa Cavalcanti Neto

Especialista em Ciências Jurídico-Políticas, Instituição de formação: Universidade CEUMA.
E-mail: cavalcantinetoaroldo@gmail.com

Amanda Silva Madureira

Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA; Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Professora da Universidade Estadual do Maranhão, Faculdade Santa Luzia e Faculdade Laboro.
E-mail: madureira.amanda@gmail.com

Diogo de Almeida Viana dos Santos

Doutor em Direito e Governança. Professor do Mestrado Profissional em Direito e Afirmação de Vulneráveis da Universidade CEUMA.
E-mail: diogosantos@nagoya-u.jp

Flávio Vinícius Araujo Costa

Mestre em Direito pela FADISP/SP; Professor da Graduação da Universidade CEUMA.
E-mail: flavio_pcosta@hotmail.com

Ana Paula Galvão Mello

Mestre em Direito pela UAL/UFMA. Professora Universitária.
E-mail: apgalvaomello@gmail.com

Maria José Carvalho de Sousa Milhomem

Pós-Doutora em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca, Espanha; Professora.
Email: mjcsn@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho abrange discussões acerca da comunidade do Cajueiro, em face aos discursos de modernização e empregos do Complexo Portuário de São Luís. Discute-se ainda, sobre os conflitos ocasionados pela ascendência de grandes empreendimentos, no território habitado por populares que possuem elementos culturais, identitários e tradicionais neste espaço. Quanto à metodologia, optou-se por pesquisa bibliográfica, com base nos pressupostos de Foucault (1999, 2014a, 2014b, 2019), Marx e Engels (2010), Arcangeli (2018), Pedro (2017), Ferreti (2016), entre outros; sua abordagem é qualitativa, com objetivos descritivos e exploratórios. Os resultados mostraram um latente conflito no qual, os discursos de modernização e oferta de empregos, por parte de grupos empresariais, são publicados por meio de um discurso pacífico que se contrapõem às articulações, nem sempre amistosas ou éticas, para alcance dos objetivos, silenciosos e que se materializam em tons ameaçadores.

Palavras-chave: Memória. Comunidade do Cajueiro. Porto São Luís.

ABSTRACT

This scientific research covers content about the Cajueiro Community, and the speeches of works and modernization of Port from São Luís. It is also discussed about, the conflicts caused by the ascendancy of large enterprises in the territory inhabited by popular people who have cultural, identity and traditional elements in this space. the research methodology is bibliographic based on theories of Foucault (1999, 2014a, 2014b, 2019), Marx e Engels (2010), Arcangeli (2018), Pedro (2017), Ferreti (2016), among other authors; the approach is qualitative, with descriptive and exploratory objectives. The results showed a latent conflict in which, the speeches of modernization and job offers, by business groups, are published through a peaceful speech that oppose the articulations, not always friendly or ethical, to reach the objectives, silent and that materialize in threats.

Keywords: Memory. Cajueiro Community. Port São Luís.

RESUMEN

El presente trabajo abarca debates sobre la comunidad de Cajueiro, en vista de los discursos sobre modernización y empleo del Complejo Portuario de São Luís. También se discuten los conflictos ocasionados por el auge de grandes emprendimientos en el territorio habitado por poblaciones populares que poseen elementos culturales, identitarios y tradicionales en este espacio. En cuanto a la metodología, se optó por una investigación bibliográfica, basada en los supuestos de Foucault (1999, 2014a, 2014b, 2019), Marx y Engels (2010), Arcangeli (2018), Pedro (2017), Ferreti (2016), entre otros; su enfoque es cualitativo, con objetivos descriptivos y exploratorios. Los resultados mostraron un conflicto latente en el que los discursos de modernización y oferta de empleo por parte de los grupos empresariales se publican a través de un discurso pacífico que se contrapone a las articulaciones, no siempre amistosas o éticas, para alcanzar los objetivos, silenciosas y que se materializan en tonos amenazantes.

Palabras clave: Memoria. Comunidad del Cajueiro. Puerto São Luís.

1 INTRODUÇÃO

A predominância dos investimentos econômicos no Estado do Maranhão vem crescendo, significativamente nos últimos anos, sobretudo pelas parcerias empresariais internacionais. No que se refere às expansões do Complexo Portuário no Estado, um dos notáveis e possíveis empreendimentos recentes, o Porto São Luís, capitaneado pela [China Communications Construction Company](#) (CCCC), tem ascendido substancialmente, dotado, além de considerável poder capital e de imprescindíveis relações políticas locais, por sua notória participação acionária, com porcentagens de 51% no empreendimento, ao lado de outra grande empresa a WPR, do grupo de construções Wtorre.

Nesse cenário de instalação do Terminal de Uso Privado (TUP), a justificativa oficial, para instalação no litoral maranhense, reside na ideia de que este poderia ampliar a capacidade de escoamento e produção no Estado. Todavia, para que desenvolvam suas atividades comerciais, muitos desses empreendimentos, junto às articulações políticas, ocasionam conflitos com comunidades, que em geral, que há muito já viviam nas proximidades de suas instalações. Considerando que para ampliação de seus projetos econômicos, há demanda de espaços territoriais, as comunidades que convivem nas áreas são, muitas vezes, afetadas, no que diz respeito a seus aspectos identitários, culturais e quanto a seu modo de viver.

Nessa acepção, as relações de conflitos, se dão, por parte da Comunidade que resiste às tentativas de retirada de suas terras, bem como, apagamentos de suas histórias; no que concerne aos grupos empresariais, tais relações de conflitos ocorrem com base em ações judiciais ou agem com promessas ilusórias e discursos de modernização, progresso e geração de trabalho, como tática, para alcançar seus objetivos econômicos.

Desse modo, este trabalho agrega discussões acerca da Comunidade do Cajueiro, situada na zona rural de São Luís, diante do discurso de modernização do Complexo Portuário do Itaqui (com a construção do terminal privado, financiado por um grande grupo econômico de capital chinês, conhecido como Porto do São Luís) e oferta de empregos, que vem sendo demarcada pelos responsáveis pelo empreendimento de iniciativa privada; analisa ainda, como estas promessas têm sido ratificadas ao longo dos anos, compreendendo o lapso temporal de 2014 até os dias atuais.

Quanto à metodologia organizou-se a partir de pesquisa bibliográfica, baseando-se na literatura de Foucault (1999, 2014a, 2014b, 2019), Marx e Engels (2010), Arcangeli (2018), Pedro (2017), Ferreti (2016), entre outros. A pesquisa possui abordagem qualitativa, que segundo Marconi e Lakatos (2017), é uma forma de entender os sujeitos e suas relações sociais sem buscar dados numéricos. Possui ainda objetivos descritivos e exploratórios e natureza básica.

Em face ao percurso do trabalho, analisando as publicações das empresas e do governo do estado do Maranhão, em canais de comunicação e informação e os relatos de sujeitos que habitam a Comunidade do Cajueiro, inferiu-se que o discurso inicial foi fortemente marcado pela promessa de geração de empregos, mas na prática, este não se concretizou. A citada Comunidade, diante das articulações discursivas e políticas, encontra-se como minoria, no que diz respeito a possuir voz ativa; e embora tenha resistido, para permanência nas terras, que residem há vários anos, têm enfrentado difíceis momentos, como as ações violentas e pressões, para saída de suas casas, pressões estas, que têm como agente uma das principais empresas, com apoio do Governo do estado do Maranhão, que gerencia a implementação do Porto São Luís, na capital.

2 ARTICULAÇÕES POLÍTICAS E RELAÇÕES DE PODER: O EFEITO DOS DISCURSOS SOBRE AS MINORIAS SOCIAIS

Para iniciar as discussões sobre as articulações sociais de manifestações de poder, fez-se pertinente demarcar que o termo *minoria*, utilizado ao longo do texto, é aqui colocado, a partir da concepção de Paiva e Barbalho (2005) que a define como um de grupo de sujeitos que, inseridos num contexto, muitas vezes, hegemônico, não possuem voz ativa, nem intervêm nas instituições, que predominantemente, atuam nas relações de poderio social. Nessa mesma direção, as literaturas das ciências sociais também têm tratado frequentemente o uso do termo, referindo-se a pessoas que, de algum modo e em algum setor social, encontram-se em situações de dependência ou desvantagens, em relação a outro grupo.

Considerando, pois, as relações de poder, ratificamos que, desde as sociedades mais remotas exercem sobre as mentes humanas, sentimentos que intercalam-se entre submissão e dominação, despertando disputas e buscas incessantes deste elemento que tem construído, por gerações, escalas hierárquicas que transformam, categorizam e excluem indivíduos considerados menos fortes e, de forma segregadora, os mantêm em posições sociais desiguais.

Traçando-se uma linha do tempo, Boyden (1981) discorre sobre a descoberta do fogo, que ainda nas primeiras sociedades, marcou um novo momento para a humanidade. A descoberta desse elemento, que segundo o autor, foi um dos primeiros artefatos tecnológicos humanos, modificou não só os hábitos diários em comunidade, mas originou sentimentos de pertencimento e dominação, uma vez que a partir do seu uso, iniciou-se o controle sobre o animal, a demarcação de território, através de queimada da fauna e divisões de grupos que possuíam conhecimentos, para manter o fogo ou produzi-lo, o que simbolicamente assemelha-se a outros objetos de poderes atuais.

O percurso histórico, no tocante às relações de poder, frente às minorias, apresenta a Revolução Industrial como um movimento, no qual a magnitude do poder discursivo se mostrou significativamente atuante, sobre a parte populacional que se encontrava às margens da sociedade, segundo demarca Hobsbawm (2010), ou seja, com crescimento das indústrias e, conseqüentemente, a demanda por mão de obra, estabeleceu-se articulações de poderios que implicaram em discursos altamente influentes, para a conquista dos interesses políticos e econômicos da época.

Vale ressaltar, que considerando-se que a discussão proposta, neste trabalho, reflete sobre a possível oferta de empregos gerados, com a modernização do terminal portuário de São Luís, destacou-se este grande movimento econômico, que foi a Revolução Industrial, a fim de se discutir alguns pontos relacionados ao *corpus* desta pesquisa, dispostos no eixo terceiro deste estudo.

Nessa perspectiva, a Revolução Industrial, fomentada pelo espírito capitalista, modificou substancialmente a estrutura econômica mundial; subsequente a este fenômeno. A Revolução Francesa demarcou também, ideais revolucionários, com forte evidência de poderosos discursos que controlavam as sociedades, segundo afirma, Huberman (1984). Não tão distante do cenário de empreendimentos econômicos da atualidade, estes discursos de progresso, se estenderam, ao longo dos anos, sendo demarcados pelas expressivas promessas de oferta de emprego.

Com base no discurso desenvolvimentista e na lógica mercadológica, implementada pelo ideal capitalista, com a concepção de um mundo sem fronteiras, líquido e pós-moderno, percebeu-se que os anseios dos grandes grupos privados e do Estado, divergem do pensamento das populações afetadas por estes grandes projetos, com cunho de desenvolvimento industrial. Regularmente, os que ali fixaram morada, possuem interesse primordial de continuar naquele território e anseiam por melhorias para viver na região, mantendo a cultura local, assim como, o modo de vida de subsistência, por meio dos recursos naturais disponíveis.

Nessa acepção, Ugarte (2005), destaca que os discursos de desenvolvimentos e progresso, na época, manipularam grande parte da população, transformando seus locais de moradias, ora rurais, em grandes aglomerados urbanos, com precárias condições de vida, o que chama a atenção para algumas colocações de Foucault (2014a) sobre como os discursos postulam a obediência a regras implícitas, que norteiam as relações de poder, sobre as pessoas. O autor evidencia ainda, que o discurso é uma forma de controlar, selecionar e organizar os interesses de quem os detêm.

Estes grandes movimentos, como a citada revolução e empreendimentos, tais como o Porto do Itaqui, se mantêm firmes, sobretudo, pelos fortes discursos de modernização, transformação, crescimento social e oferta de empregos que, direcionados à população menos favorecida economicamente, se consolidam diante da exploração dos indivíduos; estes sujeitos, por sua vez, em

meio ao progresso, se inserem num estratosférico cenário de miséria, conforme aponta Hobsbawm (2010).

Nesse contexto, de ascensão econômica mundial, sobretudo nessa fase de nascimento do capitalismo, Marx e Engels (2010), surgiram no cenário dos movimentos populares, contrapondo-se, muitas vezes, às ideologias de opressão do Estado, buscando, entre outras coisas, união de classes operárias, em prol de libertação; e destacaram-se também, por seus discursos marcantes, lembrados até os dias atuais, acerca do reconhecimento das ações escravistas e alienadas, por parte do poderio estatal. Em suas concepções demarcavam que a “terra deve ser um bem comum a todos os homens” (Marx e Engels, p. 17).

O ideal marxista defendia que os sujeitos sociais, em meio ao capitalismo, teriam uma vida insuportável, sendo necessário criarem um novo sistema; defendia ainda, a ruptura do regime político e as formas de organização social da época, acreditando que somente assim, poderia diminuir a desigualdade social. Infere-se que, mesmo com pensadores que discordaram das concepções propostas por Marx, indiscutivelmente, este é um ideal que perpetua, ainda hoje.

Nesse sentido, alguns questionamentos instigam entender: de que forma os indivíduos se tornam dependentes de discursos opressores e como tomam consciência da escravização de seus corpos? Para (Marx e Engels 2010, p. 221). “enquanto os meios de produção são possuídos privadamente, a classe que os possui utiliza-se do poder estatal como uma arma coercitiva de manutenção de propriedade”. Tal assertiva pode ser observada pelas grandes empresas, possuidoras de considerável poder aquisitivo, que utilizando-se desta condição exercem, sobre governos, certa relação de poder, manifestadas a partir de implementações em área proibidas, tomadas de espaços territoriais, pertencentes a pequenas comunidades.

Nesse sentido, Foucault (2019), discorre que existem espaços de poder, nos quais as instituições¹, tais como, organizações governamentais, escolas, empresas, entre outras, exercem controle, objetivando agir sobre determinados corpos. Tais instituições, materializam seus objetivos, sem perspectivar que classes socialmente desprivilegiadas possam ter melhores condições de vida ou sequer condições de sobrevivência, como observado no percurso histórico, da globalização até os dias hodiernos.

Diante disso, pensa-se que uma das formas de poder, nestas relações sobre minorias, se manifesta através dos discursos. Foucault (2014b) descreve como as redes discursivas agem sobre o

¹ Para Foucault o termo “instituições” aplica-se a grupos que possui relações de poder sobre algumas pessoas e que ditam regras, normalizam. A exemplo: família, escola; e no cenário da presente pesquisa, o termo será utilizado referindo-se às empresas e organização governamental.

homem e como se transformam, mesmo que de diferentes maneiras, a depender do contexto social, mas que não deixam de existir. E acrescenta o teórico que no século XVIII, certas instituições exerciam relações de poder que desprezavam a vida humana e a partir dos suplícios e das torturas que eram expostos publicamente, tais práticas se tornavam comuns.

Anos depois, essas relações se fizeram presentes, ainda que de forma distinta, mas agindo sobre minorias, não mais normalizando a punição aos corpos, mas exercendo influência sobre as almas, a partir do uso da ciência, religião e costumes conservadores, em detrimento à punição, segundo afirma Foucault (2014b). Na modernidade, as relações de poder apresentam-se através de novos discursos, a fim de alcançar velhas práticas, tais como: “me elegendo terão empregos”, “o empreendimento ocasionará em geração de empregos para milhões”, ou “é preciso trabalhar para o País não parar”.

Voltando-se para o contexto político nacional, percebe-se, que na transição dos séculos XX para o XXI, as articulações políticas, direcionados ao povo, ganham novas facetas, mas na prática, não correspondem, em abandono absoluto, das velhas condutas, conforme afirma Piovezani (2008); e em consequência disto, a população, constituída por classes de menores *status* e prestígio social, sofrem em condições precárias. Cite-se, por exemplo, o cenário do Brasil, nas eleições presidenciais, disputadas por Tancredo Neves em 1984, por exemplo, era de uma sociedade abalada, por anos, de poderes autoritários e fortemente antidemocráticos. Logo, seu discurso, utilizado para a chegada ao poder, demarcava “as diretas já” e o povo no poder, segundo aponta Kuczynski (2007).

Com as eleições vencidas, Tancredo Neves não chegou a tomar posse na presidência, pois foi internado às pressas, vindo a falecer alguns meses depois; tomando posse seu vice, José Sarney, que foi o primeiro presidente civil, após mais de vinte anos de regime militar no Brasil, nos últimos anos de Guerra Fria. Entretanto, o foco principal dos fervorosos discursos, qual seja, o povo, foi posto de lado, em detrimento de políticas nefastas, que fizeram emergir problemáticas sociais, sobretudo econômicas, as minorias sociais sofreram as consequências da corrupção endêmica que assolou o país, de acordo com Fraga (2017).

Logo após este mandato, entra no cenário presidencial do Brasil, Fernando Collor de Mello, que segundo Mengarda e Brandão (2015) foi um dos candidatos mais evidenciado pelas mídias, sendo exaltado como forte, jovem e ativo, dono de um discurso forte e poderoso, que buscava moralizar o Brasil, com a “caça aos marajás”. E utilizando-se do cenário de destruição econômica, demarcava veementemente promessas de mudanças em sua oratória, durante os comícios. Assim, diante das condições do País, inflação e escândalos de corrupção do governo anterior, o discurso de novas políticas, direcionadas ao povo, assim como de melhor qualidade de vida, dentre elas a geração de empregos, vence mais uma vez, as eleições brasileiras, conforme destaca Silva (2012). Todavia, o

então eleito presidente, desenvolveu estratégias que foram consideravelmente fracassadas, apesar da força do discurso contemporâneo.

Os presidentes seguintes optaram também, por discursos nos quais destacam o combate à corrupção, melhorias na educação, em geral, com foco para minorias e, no que se refere a possuir voz ativa, correspondem à maior parte populacional. Os discursos são bem semelhantes, mas o que tem sido visto é que estas articulações discursivas apresentam traços, cujos objetivos é impingir confiança, o que os legitimam, em face a uma eleição. Segundo Piovezani (2008), a política recebe novos contornos e reconstrói seus recursos técnicos, que articulam a manipulação de poder.

Percebe-se a semelhança nos discursos dos mandatários políticos, em especial aqueles eleitos pelo voto direto, após a redemocratização do País. Tais discursos utilizaram-se do carisma e populismo, como forma de dominação popular. Neste sentido, destacamos o alerta de Francisco Weffort (2003) sobre as facetas contraditórias do populismo, ao afirmar que “Ele foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, mas foi também, um modo de expressão de suas insatisfações.” (Weffort, 2003, p. 71). Talvez mais que isso, eis que os políticos tidos como populistas, usaram dos mais diversos mecanismos para sustentar o governo, que sempre teve um objetivo claro: a repressão popular das massas, mantendo-as silenciadas e amordaçadas em promessas fantasiosas e quiméricas, como a geração de empregos.

À luz dessas considerações, pensa-se que o ponto central não seria ter poder, pois segundo Foucault (2019), poder não é uma coisa; é uma produção resultante de articulações, para determinadas finalidades que, no caso em tela, seria hierarquizar, normalizar os corpos, como por exemplo, os trâmites jurídicos do empreendimento no Porto São Luís. Nessa sequência, quem exerce poderes para licenças de implementações é a instituição governamental, mas a posse de elementos financeiros dos responsáveis ao empreendimento intervém na obtenção de privilégios. A partir destas perspectivas, a discussão aqui proposta, traz à tona o quanto o poder do discurso tem sido observado a cada dossiê construído, a cada promessa de emprego, diante da alegação de modernização da rede portuária maranhense, mesmo que para tanto, sejam desapropriados populares que residem há anos, no local.

Marx e Engels (2010) defendiam o princípio de libertação destas relações de dominação que oprimem e que no caso ora exposto, a Comunidade Rural do Cajueiro tem travado árduas batalhas; é a compreensão de que as ideias das classes dominantes perduram enquanto são aceitas e reproduzidas e, portanto, não questionadas. Sempre há movimentações em busca de mudanças, de acesso a direitos, como tem acontecido, na Comunidade do Cajueiro, desde 2014, segundo destaca Pedro (2017).

Como traçado pelo percurso histórico, até aqui, os discursos que agem sobre minorias não são tão contemporâneos e suas consequências têm ocasionado grandes desigualdades sociais, bem como,

cenários gigantescos de precariedade à vida humana. Entre as principais promessas discursadas, sobretudo, no cenário político e de empreendimentos econômicos, ofertas de emprego se destacam como uma esperança para quem as ouvem e busca-se analisar, neste estudo, a situação da Comunidade do Cajueiro, em face destas promessas e diante dos interesses de implementação do Porto São Luís.

2.1 COMUNIDADE DO CAJUEIRO: UMA TRAJETÓRIA DE LUTA

A Comunidade do Cajueiro localiza-se na Zona Rural de São Luís, no estado do Maranhão, formada pelos núcleos de povoados: Parnauaçu, Andirobal, Guarimanduba, Cajueiro e Terreiro do Egito, que juntos vivem à base de “economia da agricultura familiar, pequenos comércios e pesca, organizam-se socialmente nas relações de parentesco e de compadrio que favorecem trocas solidárias de trabalho, alimento, ritos, festas e saberes” (Mendonça e Marinho, 2016, p.65).

Os recursos naturais do Maranhão, vêm despertando os interesses comerciais desde épocas bem remotas; com o espaço territorial da Comunidade do Cajueiro não foi diferente. Segundo Otoni (2005), a partir de 1970, empresas tais como a Alumínios do Maranhão (ALUMAR, do grupo da transnacional ALCOA) e Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), voltaram os olhares para estes espaços e se instalaram, com o apoio das instituições governamentais, sem considerar que as comunidades rurais e tradicionais próximas, pudessem estar expostas às precárias condições de pobreza, sofrer impactos ambientais e apagamento de suas culturas.

Nesse cenário da comunidade, aqui já citada, os moradores receberam em 1998, através do Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA) os títulos de terra, que a partir de um Decreto governamental dizia que o Cajueiro possuía Escritura Pública de Condomínio, e de posse desta documentação, a comunidade tem reivindicado seu direito de permanência nas terras, haja vista, o Decreto discorrer sobre a área, como um assentamento rural ITERMA, segundo afirmam Martins e Alves (2017).

Outra parte da população, que desenvolve atividades, nos núcleos de povoados, também requer o direito de permanecer na área, a exemplo dos pescadores, pois, a área da praia de Parnauaçu, em meados do ano de 2003, por meio de decreto obteve proteção jurídica, em razão das formas de vida tradicionais e da necessidade de conservação ambiental. Em seguida, mesmo tendo sido legitimada como reserva extrativista, pelos estudos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais (IBAMA/CNPT), aguarda a criação da unidade de conservação e o reconhecimento político como território tradicional, conforme aponta Pedro (2017).

Ademais, a região, possui ainda, segundo Arcangeli (2018), a existência de seis sítios arqueológicos, sendo três destes, Cajueiro 1, Cajueiro 2 e Terreiro do Egito. O laudo preliminar que constatou a presença de vestígios pré-coloniais, encontrados nestes espaços, foi organizado pelo Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, órgão vinculado à Secretaria Estadual de Turismo.

Outrossim, a Comunidade do Cajueiro, é constituída, não apenas pelos recursos naturais, essenciais à sobrevivência da população local, mas também, por um importante elemento sagrado religioso, o Terreiro do Egito. Segundo Ferretti (2016) este é um dos lugares sagrados mais antigos do Maranhão. Foi ocupado pela população negra escravizada, sendo utilizado como abrigo para escravos fugidos, e há mais de um século, foi local de rituais religiosos de origem afro. Sobre os costumes e as festividades, ocorridas principalmente nos meses de dezembro, a autora discorre:

A antiguidade do Egito é também testemunhada por velhos cajueiros existentes ali, em cuja sombra acamparam muitos afrodescendentes; pelo morro onde se encontrava o pau da paciência – mastro com bandeira branca - onde eram invocados os encantados e de onde muitos participantes dos rituais avistavam o navio encantado de Dom João, que surgia no início da festa e desaparecia nas profundezas do mar, após o seu encerramento. Sua antiguidade é também testemunhada pela água cristalina do poço dos encantados, sempre limpo, respeitado por todos que dele se serviam, e pelo igarapé onde o encantado denominado Rei Surrupira realizou o primeiro Canjerê em defesa do povo negro e contra seus inimigos (Ferretti, 2016, p.2-3)

A partir deste fenômeno com base no discurso de ancestralidade, os moradores vêm lutando por reconhecimento de suas memórias, tradições e identidades culturais. De acordo com Martins e Alves (2017) foram realizadas várias reuniões com autoridades comunitárias e religiosas locais, que resultaram em elaboração de uma carta aberta², demarcando a relevância de sua preservação. Em 2015, alguns atos também foram organizados, para leituras da carta que exigiu a conservação do território sagrado.

A religião, que marcou o Terreiro do Egito como sagrado, trazida pelos negros escravizados, ficou conhecida, sobretudo, na Amazônia e no Maranhão, segundo Ferretti (2006), como Tambor de Mina, na qual realizavam cultos aos *voduns*. Esta religião é caracterizada pelos toques de tambores, danças e cânticos e por seus participantes que entram em transe recebendo entidades espirituais: “denominados encantados, caboclos ou *voduns*. “O tambor de mina é, portanto, um ritual religioso realizado em terreiros, barracões ou casas de mina”. (Ferretti, 2006, p. 96).

² Carta de Apoio ao Terreiro do Egito intitulada Pelo Terreiro do Egito e Território do Cajueiro, assinada em 20 de nov. 2015 por Comissão de representantes do Terreiro do Egito. Disponível em: <http://www.museuafro.ufma.br/site/wp-content/uploads/2015/11/AVANTE-TERREIRO-DO-EGITO.pdf>

Mesmo com as lutas dos populares, algumas empresas, com o aval do Governo do Estado, se instalaram no local, reivindicando que a terra também lhes pertencia e, segundo Alves (2016), causando muitos transtornos para essas comunidades tradicionais, pois desde o início das construções das empresas do Porto houve significativa destruição no ecossistema pesqueiro, destruição de manguezais e, sob ameaças constantes, os moradores sofreram deslocamentos compulsórios.

Somente em 2019, quatro anos após a elaboração da Carta que buscava reconhecimento do Terreiro do Egito como área sagrada, é que o Governo Estadual reconheceu como Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado³, e após concluído o processo de implementação do terminal portuário privado, inclusive após destruição do bioma e sítios arqueológicos. Esta tem sido uma ferramenta essencial, nas lutas contra empresários responsáveis pela construção do Porto São Luís que autorizados pelo Ministério dos Transportes, com apoio do Governo do Maranhão e da Prefeitura de São Luís, vem discursando sobre a geração de milhares de empregos, investimentos grandiosos e modernização no Estado, como destaca Pedro (2017).

3 A IMPLEMENTAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E PROGRESSO DO PORTO SÃO LUÍS: UMA DISCUSSÃO EM FACE DO DISCURSO DE EMPREGABILIDADE

No que se refere às construções de portos, a exemplo do empreendimento discutido neste trabalho, em geral, demandam o uso de grandes espaços territoriais, o que resulta em desocupação de terra das pequenas comunidades do entorno, que residem próximos às suas instalações, gerando muitas vezes, conflitos e ações violentas, segundo demarca Hofmann (2017). Assim sendo, objetivando seus interesses, com pretextos de modernização e progresso, as instituições empresariais, desenvolvem discursos, materializados em promessas de empregos, para minorias, que por precisarem de condições melhores para sobrevivência, acabam aceitando as propostas, muitas vezes, ilusórias.

Nessa direção, alguns documentos, vêm narrando, ao longo de anos, sobre a relevância da modernização do Complexo Portuário no Estado do Maranhão, bem como, dispondo sobre possíveis modificações que desconsideram o entorno do empreendimento, tratando como invisíveis ou descartáveis, os populares, que residem nas comunidades rurais centenárias. Em um desses documentos que dispõe sobre a modernização portuária maranhense e seus possíveis benefícios, o “plano de desenvolvimento e zoneamento do Porto do Itaqui”, sistematizado pela Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), mesmo antes da chegada dos consórcios do porto privado, o Porto São Luís, ainda no ano de 2012, a inquietude com a Comunidade do Cajueiro já era notada.

³ Disponível em: <<https://igualdaderacial.ma.gov.br/files/2019/09/WhatsApp-Image-2019-09-06-at-20.18.20.jpeg>>.

Em parte deste citado documento⁴, falam em bilhões de investimentos, ofertas de mais de cinco mil empregos, mas ressaltam que para o crescimento e desenvolvimento dos negócios, a Comunidade que ali habita precisaria ser retirada; e mesmo citando o número de exatas “619 famílias, 2.500 pessoas” (Emap, 2012,p.168), os interesses econômicos sobrepõem, noções básicas da humanidade, respeito e solidariedade, haja vista, o uso dos termos: “família, pessoas, removidas”, estarem em único enunciado, designando um problema para as empresas.

Nessa acepção, Acselrad (2010) afirma que os conflitos gerados pelas disputas de solos, em cenários conflituosos, possuem significações diferentes, para cada grupo envolvido. Nesse sentido, se para as instituições empresariais o solo significa espaço para colheita de frutos financeiros e aumento de seu capital, para a Comunidade, o solo é sobrevivência; é preservação de seus modos de viver, que em outro local, talvez, não seria possível, pois, segundo afirmam Mendonça e Marinho (2016), o território da Comunidade apresenta, além de espacialidades sagradas religiosas, ecossistemas marinhos, atividades agropecuárias e extensa área de manguezais, que propiciam sustento familiar, aos populares.

Quando o documento, o plano de desenvolvimento e zoneamento do porto, discorre sobre a possibilidade de empregos que seriam gerados, mas que para tanto, a comunidades, habitante do local, precisariam ser removidas, percebe-se que a oferta de trabalho surge em detrimento da existência da Comunidade local, o que chama a atenção para as críticas de Foucault (1999) acerca dos mecanismos e técnicas de poder que intervêm diretamente, sobre os indivíduos, assim como, tais instituições normalizadoras afetam os sujeitos, manifestando-se a partir de atuações disciplinares, com relações de poder, a ponto de decidir quem morre e quem vive e, no caso da discussão aqui proposta, decidir quem fica e quem sai das terras, sem considerar fatores de sobrevivência.

É interessante notar que, as instituições empresariais, ainda que seja em seus documentos judiciais, dossiês e canais de comunicação, dotados de discursos sobre geração de empregos, desconsideram a existência da Comunidade, colocando-a em um lugar de quase invisibilidade, referindo-se aos populares como “invasores”, exigindo urgência em “solução técnica, acompanhada de uma decisão de cancelamento de registro” (Emap, 2012, p.170). O registro mencionado, trata-se das escrituras das terras, que segundo Pedro (2017) estão registradas no 2º Cartório de São Luís, como pertencentes aos moradores da Comunidade do Cajueiro.

Nessa perspectiva, forças de poderio, nesse contexto econômico, colocam as minorias em um lugar de não reconhecimento, de saberes assujeitados e existência não legitimada. Pensa-se, assim, que os habitantes da Comunidade, estariam classificados e “submetidos a um tipo de verdade, também no

⁴ Disponível em: <<http://www.portodoitaqui.ma.gov.br/pdf/pdz-itaqui.pdf>>.

sentido em que ela é lei e produz o discurso verdadeiro, que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder” (Foucault, 2019, p.279). Nessa concepção, a busca pela comprovação jurídica de que os populares não são donos das residências e áreas territoriais do Cajueiro, demonstra como as camadas menores precisam combater a classe capitalista, para que estas não comprometam sua existência (Marx e Engels, 2010, p.49) e não os mantenham em um lugar de ilegitimidade.

Torna-se pertinente demarcar que o uso do termo *lugar*, neste estudo utilizado, surge de concepções filosóficas e epistemológicas que o ressignificam como um local de compreensão do mundo, bem como o envolvimento das experiências afetivas que as relações sociais desenvolvem e, de acordo com Santos (2002), *lugar* possui significado particular, no qual determinados grupos se encontram ou são colocados, tanto pela sua cultura, identidade, língua, tradição ou relevância social, em categorizações próprias ou de outrem.

Assim, considerando o contexto da discussão ora realizada, em 2013 a empresa WPR São Luís Gestão de Portos LTDA foi instituída para gerenciar o projeto do terminal portuário e, em 2014, de posse do título de propriedade de partes do território do Cajueiro, segundo Pedro (2017), iniciou algumas visitas à localidade, que segundo descreve Arcangeli (2018), gerou intimidação e pressão, sobre os populares, para a saída da área. Foi, entretanto, verificada resistência por parte da Comunidade, segundo afirmam Mendonça e Marinho (2016); deste modo, as táticas, para implementação do empreendimento focaram os discursos de oferta de empregos e modernização, como observados na publicação:

O Maranhão deu mais um passo rumo ao desenvolvimento das suas potencialidades portuárias na noite de quinta-feira (06). Em evento realizado em São Paulo, a empresa China Communications Construction Company (CCCC) – que acaba de desembarcar no Brasil – assinou acordo de investimento para construção de um Terminal de Uso Privado (TUP), em São Luís, com a WPR, braço do Grupo WTorre. [...] O Governo do Estado tem participado e dado todos os passos necessários para que os investimentos chineses cheguem ao Maranhão. [...] A estimativa da WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais é que cinco mil empregos diretos e indiretos sejam criados graças ao novo terminal. A construção do TUP vai ampliar, também, a capacidade de escoamento da produção no Maranhão. (trecho da publicação Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia do Maranhão em abril de 2017)⁵.

A reportagem destaca participações favoráveis do Governo do Estado, para que as instalações das empresas chinesas no Maranhão se efetivem, mesmo que em tais transações haja explícitas reivindicações, por parte dos moradores da Comunidade do Cajueiro, de que muitos problemas poderiam ser agravados diante deste fato, sobretudo, pelas questões envolvendo sua permanência das terras. Este aspecto aproxima-se das proposições de Bauman (2010), quando este afirma que o

⁵ Disponível em: <<http://www.seinc.ma.gov.br/2017/04/empresa-chinesa-assina-acordo-de-investimento-para-construcao-de-porto-em-sao-luis/>>.

capitalismo é um sistema parasitário que se hospeda, prospera por um tempo nos organismos, mas não pode fazer isso sem prejudicar o hospedeiro, destruindo, cedo ou tarde, as condições de sua sobrevivência.

Nesta acepção, Mendonça e Marinho (2016) apontam em sua pesquisa, que parte da Comunidade do Cajueiro, mesmo cedendo e vendendo as terras, tal como as empresas exigiram, não conseguiram sobreviver, longe dos espaços que estavam habituados. Muitos vivem em casas alugadas, improvisadas e desempregados, o que leva ao questionamento: para quem se destina a modernização e emprego propagados?

Partindo do discurso de modernização e emprego, exposto na publicação, extraiu-se alguns excertos de Arcangeli (2018), que em sua pesquisa, entrevistou moradores da Comunidade do Cajueiro, no ano seguinte a esta publicação da secretaria de Estado de indústria e Comércio, na qual foi possível inferir que as promessas, na prática não se consolidaram. Em um desses depoimentos, um morador declarou: “Aguardo até hoje a promessa de emprego”. Outro destacou: “Falaram que iam me fichar (empregar), hoje estou desempregado”. Mais um, desses relatos de moradores, expôs: “Prometeram emprego e nada. Eles são bons de lábia”.

Considerando que a oferta de trabalho, em meio à modernização da malha portuária maranhense, com a implantação do porto chinês, se arrasta desde 2014 e, muitas pesquisas, nos anos seguintes (Arcangeli 2018; Mendonça e Marinho 2016; Silva e Pereira 2018), vêm mostrando que, na prática, os empregos não se concretizam, torna-se, pois, essencial demarcar que estes discursos têm sido uma estratégia, desenvolvida no campo desses conflitos adotados pelas empresas, para instalação de seus objetivos, conforme discorre Acselrad (2010). Nessa acepção, diante da resistência da Comunidade, as promessas de melhores condições de vida, modernização e progresso negociam, de forma ilusória, com as minorias.

É notório, que as promessas, assim como todo o discurso de oferta de trabalho se tornaram uma ferramenta para convencer os moradores, a cederem suas terras e a aceitarem os novos modos de viver. Em uma das articulações mais persuasivas, entre as publicações dos canais de comunicação, favoráveis aos empreendimentos, a Secretaria do Estado do Trabalho e Economia Solidária (SETRES), por meio do Sistema Nacional de Emprego (Sine), foi evidenciado em uma matéria⁶ o cadastramento de empregos, especificadamente para as instalações na região do Cajueiro, demarcando que as possíveis vagas de empregos seriam prioritariamente aos Populares da Comunidade, como se observa no trecho em destaque:

⁶ Disponível em: <<https://jornalpequeno.com.br/2019/03/12/sine-informa-sobre-cadastro-para-vagas-de-emprego/>>.

Especificamente, em relação à obra que está sendo instalada na região do Cajueiro, esclarecemos que o SINE ficará responsável pelo processo de intermediação entre o trabalhador e as empresas. No entanto, terão prioridades nesse processo os trabalhadores que residem nas comunidades que ficam no entorno da obra, caso a mão de obra local não supra à demanda, as vagas excedentes serão disponibilizadas para outros trabalhadores, decisão esta tomada pelo consórcio responsável pela obra (Reportagem Do Jornal Pequeno, em 12 de Março de 2019).

O percurso histórico das manipulações, como meio de evidenciar elementos de necessidades básicas humanas e até a demonstração de que os moradores estão sendo capacitados⁷, para o trabalho, ressaltam-se distintas, nesse cenário conflituoso: uma, de modo silencioso é mais agressiva, gerando pressões e ações violentas, conforme aponta Pedro (2017, p.25): “estipulavam regras e proibições acerca das formas de vida das famílias e uso dos territórios, gerando medo; puniam os moradores locais, tentavam impor domínio da empresa, sobre o território”, referindo-se aos empresários; e de outra forma, mais pacífica, agem publicamente, falando em modernização, assim como da possível geração de empregos no Estado, os quais alcançariam as comunidades do entorno dos empreendimentos.

A reportagem remete às colocações de Fairclough (2001), quando este dispõe sobre os discursos se manifestarem através de textos, quer sejam orais ou escritos; estes enunciados, a serem processados por uma prática discursiva de consumo, que se encaixa em uma conduta social que envolve escolhas de relativa liberdade, a partir de coerções mascaradas. Por esse ângulo, questiona-se qual a opção destes populares, quando diante de um importante órgão, como o Sine, são instruídos a cadastrar-se para vagas de trabalho? Pensa-se, com base no exposto, que “o discurso legitimador desse tipo de política econômica é carregado pela ideia de luta contra a pobreza” (Silva e Pereira, 2018, p. 53), inferindo-se que tal discurso, de maneira astuciosa força estes sujeitos a um sistema de subordinação, resultante das necessidades básicas de sobrevivência.

Ainda no que tange às articulações discursivas dos veículos de comunicação, reportagens⁸ recentes, seguem destacando números expressivos de cadastros dos populares no Sine, evidenciando que das 670 vagas, na busca de emprego no Porto, 124 são moradores da área de reintegração de posse da Comunidade do Cajueiro e que mais moradores serão admitidos.

Diante da afirmação, comparou-se a relatos dos populares que discorreram contrariamente, conforme aponta Arcangeli (2018): “Aqui no Cajueiro a possibilidade é o porto se implantar e ficar pior”. Em conversa com outro morador, o autor obteve: “Eu acho que o porto, se for instalado [...] a

⁷Diponível em: <<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2019/12/05/moradores-do-cajueiro-participam-de-capacitacao-para-o-mercado/>>

⁸ Disponível em: <<http://maranhao hoje.com/porto-sao-luis-cumpre-acordo-com-governo-e-prioriza-moradores-do-cajueiro-com-empregos/>>

comunidade vai desaparecer. Emprego que não vai ter, não vai gerar [...] A comunidade está dividida, quando ela deveria estar unida. Vai acabar a paz. Não gera emprego” (Arcangeli, 2018, p.49, 50).

À luz dessas considerações, destacam-se dois pontos cruciais: o primeiro diz respeito ao “sistema de exclusão” (Foucault, 2014a, 18), que coloca os populares em um lugar sem voz ativa, diante da grandiosidade de relações de poder, das instituições empresariais e políticas. Em relação ao segundo aspecto, percebe-se uma semelhança àquilo que o supracitado autor chamou de *vontade de verdade*, a ponto de ações judiciais, favoráveis às empresas, serem consideradas como únicas verdades nesse cenário, assim como, os discursos serem tão fortes a ponto de os moradores desacreditarem serem donos de suas próprias casas, nas quais vivem, há mais de 100 anos, acreditando que a oferta de emprego é uma solução admirável, como observado na fala de um dos moradores, no site do *Imirante*⁹ que entrou em acordo com os empresários:

Sou morador do Guarimanduba, trabalhador desempregado, por conta do pessoal que *tão aí* na área do Porto São Luís, né. Cheguei a trabalhar dois meses e gostei muito do emprego, do trabalho. A empresa é uma empresa muito responsável, no seu papel de empresa, mas a porta fechou. Parou a obra por causa do pessoal *que tão* morando aí dentro da área e *não tão* querendo ceder; *não tão querendo* fazer negociação nenhuma, né. Então eu *tô* gravando esse vídeo pra ver se essas pessoas *se sensibilizam e veja* a situação. Nós não podemos para o progresso, o progresso tem que continuar. Os pais de famílias estão precisando desse emprego, desse trabalho, dessa mão de obra, então, a gente espera que o pessoal saia daí pacificamente pra não *vim acontecer que venha sair à força* e depois ficar chorando (Fala transcrita de um morador de um dos Núcleos do Cajueiro, em fevereiro de 2020).

É perceptível que os discursos de emprego afetam parte da população do Cajueiro, ocasionando também, certa divisão entre a comunidade, o que fortalece os conglomerados empresariais. Embora, alguns moradores conscientemente consigam compreender que a promessa de emprego é ilusória e que a tomada das terras é injusta, outra parte da Comunidade aceita o discurso, sobretudo, pela oferta de empregos. Sendo este um dos principais elementos que tem contribuído para o fortalecimento da implementação do Porto São Luís, acrescidos ainda, do apoio do Governo Estadual que, juntando-se ao discurso de modernização, tem apoiado os investimentos.¹⁰

A fala do morador no trecho em que diz: “a empresa é uma empresa muito responsável, no seu papel de empresa”, reflete a influência das articulações sobre as minorias, o que Foucault (2019, p. 266), chamou de sujeitos com “saberes ingênuos e hierarquicamente inferiores”, pois, segundo a narração do próprio morador, em vídeo, este se encontra sem trabalhar, porque, segundo o relato, a obra parou “por conta do pessoal que *tão aí* na área do Porto São Luís”. Chama-se atenção para o

⁹ Disponível em: < <https://imirante.com/maranhao/noticias/2020/02/15/porto-sao-luis-paralisa-obras-por-causa-de-cinco-posseiros-do-cajueiro.shtml> >

¹⁰ Disponível em: < <https://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=219272> >

momento em que na sua fala, este agora, ex-morador, se refere à comunidade que resiste de: “esse pessoal”, não se colocando mais como pertencente à Comunidade, uma vez que, em acordo com as instituições empresariais cedeu e acabou por ficar sem sustento, como bem afirmou em sua fala, gravada em vídeo.

Outro elemento crucial é quando este mesmo morador expressa que algumas pessoas ainda estão “nas terras do Porto São Luís”, deixando visível como o capitalismo produz certas subjetividades individuais e como determinados sujeitos, em meios aos os modos de manipulação, são incorporados a essa subjetividade, segundo salienta Guattari e Rolnik (1999). Neste sentido, Marx e Engels (2010) destacaram a relevância do caráter revolucionário de luta contra as classes possuidoras de relações de poder, que garantem seus lucros diante das minorias e de forma violenta, assemelhando-se às práticas de acumulação primitivas.

Buscando, a partir de Arcangeli (2018) entender como tem sido tratada, de fato, a questão com a Comunidade. Obteve-se, segundo o autor, o relato dos moradores contrapondo as promessas de trabalho. Alguns afirmam que houve um cadastramento de emprego, mas este não se efetivou. O autor descreve ainda, com base nos relatos dos moradores, que muitos pescadores, agricultores e pequenos comerciantes acreditaram em uma falsa promessa de emprego, em face ao grande empreendimento, cedendo suas terras, por preços irrisórios, acreditando que estas não lhes pertenciam.

Os valores que alguns moradores acordaram com a WPR, de acordo com Pedro (2017), foram insuficientes para iniciar nova vida, longe da área do Cajueiro, mas para a empresa é só mais um processo que em breve, haverá retorno, pois como bem discorre Marx (1982), em sua teoria de acumulação, o dinheiro compra mercadorias que são constituídas de produção, que durante o processo se transforma em mercadorias, a serem vendidas, tendo como resultado final, lucros. Nessa lógica, tudo volta às instituições comerciais; mas a história, memórias e lembranças, para os moradores, se apagarão.

Verifica-se, atualmente, em 2020, que os consórcios ao Porto São Luís, seguem ratificando sua modernização¹¹ e progresso de suas instalações, enquanto neste mesmo ano, a Comunidade do Cajueiro segue resistindo; algumas famílias ainda continuam sem aceitar quaisquer tipos de acordo com os grupos empresariais; outras, já retiradas das áreas, vivem em condições fragilizadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tratou das relações envolvidas no processo de implementação do Porto São Luís, em face aos discursos de oferta de emprego, à Comunidade do Cajueiro. As discussões aqui,

¹¹ Disponível em: <<http://www.emap.ma.gov.br/imprensa/noticia/porto-do-itaqui-se-prepara-para-2020>>

propostas, relacionaram a discrepância das promessas destacadas, pelos meios de comunicação e relatos dos moradores da Comunidade do Cajueiro. Com base em teorias de relações de poder sobre as minorias, em destaque Foucault (2019), Marx e Engels (2010), discutiu-se como este conflito territorial, tem sido articulado por ferramentas discursivas poderosas.

Tais ferramentas conseguiram dividir parte da população, que por medo, ou por poucas instruções de conhecimentos, aceitaram o discurso ilusório e acordaram com a parte empresarial, mesmo tendo perdido sua forma de sustentar-se e moradia própria, evidenciando, assim, a “extorsão da verdade” (Foucault, 2019, p.392).

O espaço em estudo tem revelado que a presença das minorias e a demanda do complexo portuário têm sido palco de grandes conflitos. A luta pelo acesso territorial, dos empresários, desconsidera que os populares possuem elementos intrínsecos ao lugar, tais como cultura, identidade, memórias e modos de vida específicos, pois sobrevivem da agricultura, extrativismo, pesca e outras atividades rurais. Ainda assim, seguem firme, no propósito econômico de implementar o Porto São Luís, em terras, nas quais a comunidade habita, há anos.

Considera-se o conflito como latente, pois, apesar das tentativas de manifestações exteriores, este conflito acaba sendo ocultado, pelas articulações de poder e estratégias que são corporificadas, muitas vezes, pelos valores irrisórios, pagos aos moradores, pelas representações judiciais, assim como pelas ofertas de empregos. Até o presente ano, 2020, constatou-se que as minorias, frente aos discursos aqui destacados, são colocadas em lugar de deslegitimação, a partir de instituições normalizadoras, como propõe Foucault (1999), mas o lugar em que a comunidade investigada se coloca e tem lutado para estar é o lugar de resistência.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. Estudos Avançados, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010>. Acesso em: 5 maio 2025.
- ALVES, Elio de Jesus Pantoja. Modos de vida, territórios e uma cidade em questão: resistências políticas de comunidades rurais no município de São Luís – Maranhão, Brasil. L'Ordinaire des Amériques, n. 221, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/orde/3178?lang=en>. Acesso em: 4 maio 2025.
- ARCANGELI, Saulo Costa. A questão do desenvolvimento industrial na área Itaqui – Bacanga: as formas de enfrentamento da Comunidade do Cajueiro frente à perspectiva de instalação de um porto privado, a partir de 2014. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018. Disponível em: <http://www.ppdssr.uema.br/wp-content/uploads/2018/08/dissertaçãoSauloArcangelifimout2018-1.pdf>. Acesso em: 4 maio 2025.
- BAUMAN, Zygmunt. Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos. São Paulo: Zahar, 2010.
- BOYDEN, Stephen. The ecology of a city and its people: the case of Hong Kong. Canberra: ANU Press, 1981.
- EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA. Plano de desenvolvimento e zoneamento do Porto do Itaqui. São Luís, [s.d.]. Disponível em: <http://www.portodoitaqui.ma.gov.br/pdf/pdz-itaqui.pdf>. Acesso em: 8 maio 2025.
- FERRETTI, Mundicarmo. Egito, lugar sagrado, berço do baião e do canjerê. Boletim da Comissão Maranhense de Folclore, n. 61, dez. 2016. Disponível em: <https://docplayer.com.br/51660033-Boletim-da-cmf-no-61-dezembro-2016-issn.html>. Acesso em: 4 maio 2025.
- FERRETTI, Sérgio F. Mário de Andrade e o tambor de crioula do Maranhão. Revista de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais, São Luís, v. 3, n. 5, 2006. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/805/516>. Acesso em: 4 maio 2025.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014a.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014b.
- FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.
- FRAGA, Plínio. Tancredo Neves: o príncipe civil. São Paulo: Objetiva, 2017.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1999.

HOFFMANN, Rose Mirian. Gargalos do licenciamento ambiental federal no Brasil. In: COSTA, Marco Aurélio; KLUG, Letícia Beccalli; PAULSEN, Sandra Silva (org.). Licenciamento ambiental e governança territorial: registros e contribuições do seminário internacional. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. p. 17-34.

HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. 20. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

HOBSBAWM, Eric J. A era das revoluções: 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

KUCZYNSKI, Uliana. Na saúde e na doença: o mito do salvador na figura do presidente Tancredo Neves. Vernáculo, Curitiba, n. 19/20, p. 83-96, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/20543/13726>. Acesso em: 2 maio 2025.

MACIEL, David. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). Revista UFG, Goiânia, v. 11, n. 11, p. 71-80, 2011. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/694/o/11_artigos_o_governo.pdf. Acesso em: 2 maio 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Carolina C. de Souza; ALVES, Elio de Jesus Pantoja. Terreiro do Egito: memórias e resistência em São Luís do Maranhão. Clío: Revista de Pesquisa Histórica, Recife, v. 35, n. 2, p. 1-22, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/230755>. Acesso em: 4 maio 2025.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto comunista. São Paulo: Boitempo, 2010.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues; MARINHO, Samarone Carvalho. Cajueiro revisitado: ou dez anos de relato crítico em construção. Revista de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais, São Luís, v. 13, n. 26, p. 60-78, 2016. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/5141>. Acesso em: 4 maio 2025.

MENGARDA, Alan Evaristo; BRANDÃO, Leonardo. Fernando Collor: o candidato esportista e as eleições de 1989. Recorde: Revista de História do Esporte, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 1-24, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/viewFile/2304/1949>. Acesso em: 2 maio 2025.

OTONI, Ricardo Benedito. A ocupação agrária do povoado Vila Maranhão e a proposta de instalação de um pólo siderúrgico em São Luís: soberania ou dependência brasileira através da política de exportação de recursos naturais? In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2005, São Luís. Anais [...]. São Luís: UFMA, 2005. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Ricardo_benedito312.pdf. Acesso em: 4 maio 2025.

PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (org.). Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2005.

PEDRO, Viviane Vazzi. Quem não pode com a formiga não assanha o cajueiro: necropoder, margens e interstícios da judicialização do conflito socioambiental na Comunidade do Cajueiro, em São Luís – MA. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/2460>. Acesso em: 4 maio 2025.

PIOVEZANI, Carlos. Verbo, corpo e voz: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político. São Paulo: Unesp, 2008.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2002.

SILVA, Josimar Gonçalves da. A mídia na construção e destruição da imagem: o caso Collor de Melo. Senso Comum, n. 2, p. 1-14, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/18850474-A-midia-na-construcao-e-destruicao-da-imagem-o-caso-collor-de-melo.html>. Acesso em: 2 maio 2025.

SILVA, Camila Ramos; PEREIRA, Jean Carlos Nunes. Comunidade do Cajueiro: uma análise sobre a injustiça ambiental na implementação de um novo terminal portuário em São Luís-MA. Revista da ESMAM, São Luís, v. 12, n. 13, p. 107-124, 2018. Disponível em: <https://revistaesmam.tjma.jus.br/index.php/esmam/article/view/36>. Acesso em: 8 maio 2025.

UGARTE, Maria Cecília Donaldson. O corpo utilitário: da revolução industrial à revolução da informação. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 9., 2005, Londrina. Anais [...]. Londrina: UEL, 2005. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais9/artigos/mesa_redonda/art5.pdf. Acesso em: 2 maio 2025.

WEFFORT, Francisco Corrêa. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.